

NOTA TÉCNICA | PESQUISA DE ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DO CONSUMIDOR (PEIC)

Fevereiro de 2026

Lucas Sorgato,

assessor econômico do Instituto Fecomércio AL

Em fevereiro, costuma-se observar uma “segunda onda” de pressão sobre o orçamento das famílias após o choque típico de janeiro. Se, em janeiro, o endividamento é impulsionado por despesas concentradas (tributos, material escolar, mensalidades e recomposição de caixa após o fim do 13º), fevereiro tende a combinar dois vetores: de um lado, a continuidade dessas obrigações — muitas vezes parceladas — e, de outro, a normalização gradual do consumo corrente, já com parte da renda comprometida. Nesse ambiente, o crédito segue sendo usado para sustentar o padrão de vida, mas a forma como os indicadores evoluem revela se o aumento do endividamento está vindo com piora financeira (mais atrasos e incapacidade de pagamento) ou se está sendo, ao menos temporariamente, “administrável”.

Os dados da PEIC para Maceió em fevereiro de 2026 mostram uma elevação adicional do endividamento total, ao mesmo tempo em que há melhora na inadimplência e leve redução do contingente de famílias em situação mais crítica. O percentual de famílias endividadas alcançou 83,12%, acima de 81,35% em janeiro de 2026 e de 79,60% em fevereiro de 2025. A variação mensal foi de +1,77 p.p. e, na comparação anual, +3,52 p.p.

Tabela 01: Resultados de endividamento em Fevereiro de 2026

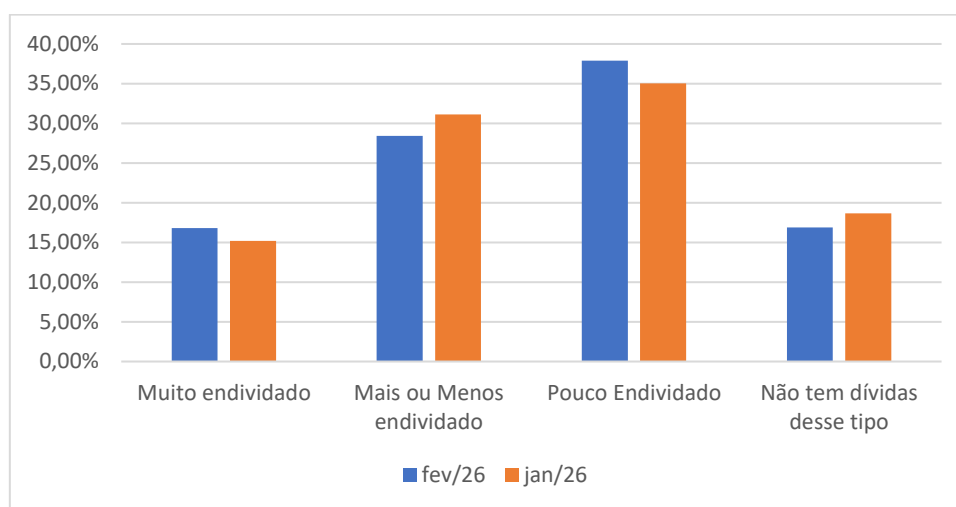
(% de famílias)

Período	Endividados	Contas em Atraso	Não Terão Condições de Pagar
fev/25	79,60%	38,00%	10,50%
jan/26	81,35%	30,30%	8,33%
fev/26	83,12%	29,10%	7,95%
Variação Mensal	1,77%	-1,19%	-0,37%
Variação Anual	3,52%	-8,90%	-2,55%

Fonte: Instituto Fecomercio com base nos dados da Confederação Nacional do Comercio – CNC.

O aspecto mais relevante do mês, contudo, está na dinâmica da inadimplência. Em fevereiro de 2026, o percentual de famílias com contas em atraso recuou para 29,10%, abaixo de 30,30% em janeiro e muito inferior aos 38,00% de fevereiro de 2025, com queda mensal de -1,19 p.p. e queda anual de -8,90 p.p. O indicador de maior gravidade, que captura as famílias que declaram não ter condições de pagar as dívidas, também melhora na margem. Em fevereiro de 2026, esse percentual caiu para 7,95%, ante 8,33% em janeiro e 10,50% em fevereiro de 2025. A variação mensal foi de -0,37 p.p., e a anual, -2,55 p.p. Isso pode estar associado a renegociações, a cortes de consumo discricionário e à priorização do pagamento de dívidas mais urgentes, especialmente após o aperto de janeiro.

Gráfico 01: Comparativo de nível de endividamento.



Fonte: Instituto Fecomercio com base nos dados da Confederação Nacional do Comercio – CNC.

Quando se observa o nível de endividamento por intensidade (muito, mais ou menos, pouco endividado e sem dívidas), o retrato fica mais claro. Entre as famílias até 10 salários-mínimos, cresce o grupo de muito endividados para 17,17% (alta mensal de +1,98) e também o grupo de pouco endividados para 37,90% (alta de +2,87), enquanto o grupo mais ou menos endividado recua para 28,62% (queda de -2,50) e diminui o contingente sem dívidas para 16,31% (queda de -2,34). Para o comércio, essa composição é particularmente importante porque o grupo “muito endividado” é o que tende a apresentar maior risco de restrição de consumo e maior probabilidade de inadimplência futura, especialmente quando juros permanecem elevados.

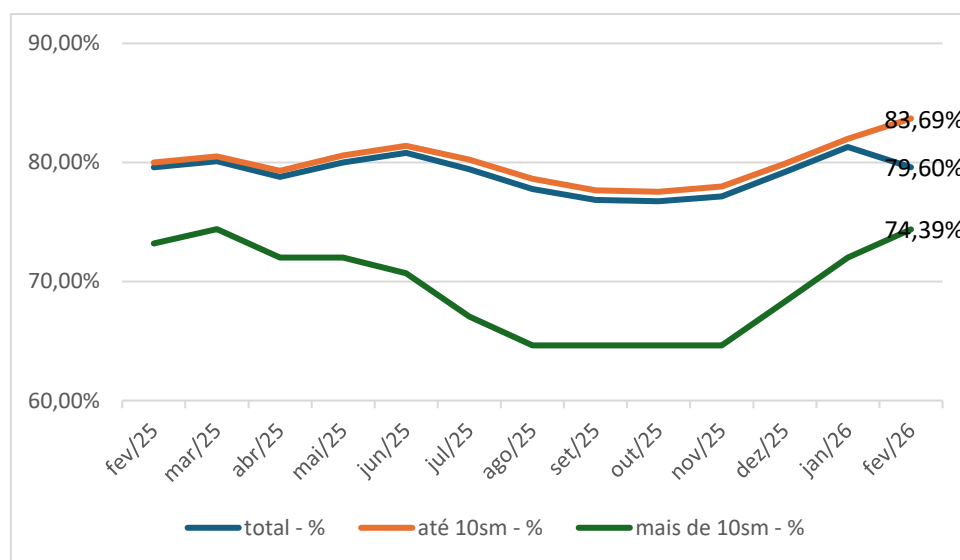
A tabela a seguir, mostra, em termos econômicos, que o aumento do endividamento em fevereiro não ficou restrito à baixa renda; houve disseminação também na renda mais alta, possivelmente por parcelamentos, reorganização de gastos do início do ano e decisões de consumo financiado. Ainda assim, o risco sistêmico continua sendo maior na baixa renda, pela menor folga orçamentária.

Tabela 02: Variação mensal por faixa de renda dos subíndices do nível endividamento

	até 10sm - %	Variação Mensal	mais de 10sm - %	Variação Mensal
Muito endividado	17,17%	1,98%	10,98%	1,22%
Mais ou Menos endividado	28,62%	-2,50%	25,61%	-2,44%
Pouco Endividado	37,90%	2,87%	37,80%	3,66%
Não tem dívidas desse tipo	16,31%	-2,34%	25,61%	-2,44%

Fonte: Instituto Fecomercio com base nos dados da Confederação Nacional do Comercio – CNC.

Gráfico 02: Evolução do percentual das famílias endividadas por renda em Alagoas (fev/25 – fev/26)



Fonte: Instituto Fecomercio com base nos dados da Confederação Nacional do Comercio – CNC.

A Tabela 03 reforça o diagnóstico: o endividamento total desagregado por renda mostra que, em fevereiro de 2026, o percentual de endividados chega a 83,69% nas famílias até 10 salários-mínimos e a 74,39% nas famílias acima de 10 salários-mínimos, ambos acima de janeiro (82,00% e 72,00%, respectivamente) e também acima de fevereiro de 2025 (80,00% e 73,20%). Ou seja, o endividamento cresce em ambas as faixas, mas permanece estruturalmente mais alto na baixa renda e, em fevereiro, acelera também na alta renda.

Tabela 03: Nível de endividamento total desagregado por renda em Maceió – fev/26

Período	até 10sm - %	mais de 10sm - %
fev/25	80,00%	73,20%
jan/26	82,00%	72,00%
fev/26	83,69%	74,39%

Fonte: Instituto Fecomercio com base nos dados da Confederação Nacional do Comercio – CNC.

No recorte da inadimplência por renda, a Tabela 4 mostra um ponto sensível: entre as famílias até 10 salários-mínimos, a inadimplência entre os endividados recua para 30,78% (de 32,80% em janeiro e de 37,10% em fevereiro de 2025), o que é uma melhora consistente. Entretanto, entre as famílias acima de 10 salários-mínimos, há uma alta para 6,10% (de 4,90% em janeiro), ainda que muito abaixo de fevereiro de 2025 (9,80%). Para o comércio de tíquete mais alto, esse detalhe importa: mesmo consumidores mais solventes podem apresentar aumento de atraso quando o volume de obrigações cresce simultaneamente.

Tabela 4: Famílias com contas em atraso em Maceió (% entre os endividados) – fev/26

Período	até 10sm - %	mais de 10sm - %
fev/25	37,10%	9,80%
jan/26	32,80%	4,90%
fev/26	30,78%	6,10%

Fonte: Instituto Fecomercio com base nos dados da Confederação Nacional do Comercio – CNC.

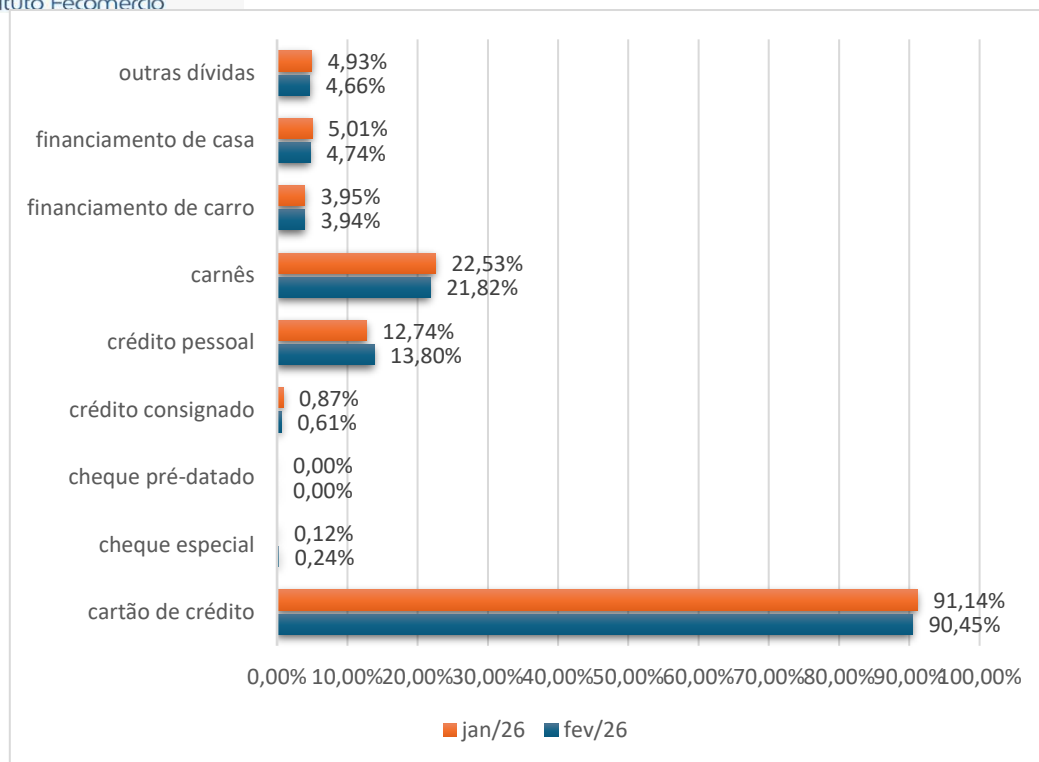
Já a Tabela 05 confirma que a incapacidade de pagamento permanece concentrada na base. Entre famílias até 10 salários-mínimos, o percentual de endividados que não terão condições de pagar mantém-se em 9,40%, igual a janeiro, enquanto na faixa acima de 10 salários-mínimos permanece em 0,00%. Do ponto de vista institucional, isso reforça a ideia de que o superendividamento, em Maceió, é um fenômeno fundamentalmente associado à fragilidade de renda e à pressão do custo de vida sobre o orçamento popular.

Tabela 05: Famílias que não terão condições de pagar as dívidas em Alagoas (% entre os endividados) - fev/26

Período	até 10sm - %	mais de 10sm - %
fev/25	11,70%	1,20%
jan/26	9,40%	0,00%
fev/26	9,40%	0,00%

Fonte: Instituto Fecomercio com base nos dados da Confederação Nacional do Comercio – CNC.

Gráfico 05: Tipos de dívida das famílias em Maceió – fev/2026



Fonte: Instituto Fecomercio com base nos dados da Confederação Nacional do Comercio – CNC.

Em síntese, fevereiro de 2026 em Maceió consolida um quadro de endividamento muito elevado e ainda em expansão, típico do pós-janeiro, mas acompanhado de melhora na inadimplência e redução do superendividamento no agregado. Para o comércio e serviços, o curto prazo parece menos adverso do que no mesmo mês do ano anterior — sobretudo pelo recuo expressivo do atraso na comparação anual —, mas o aumento do contingente total de endividados e a elevação do grupo “muito endividado” sugerem cautela: parte do consumo atual segue financiada por crédito e pode se converter em restrição de demanda mais à frente, caso a renda real não acompanhe e os juros permaneçam pressionando o custo do crédito.